

Comissão aprova orçamento com cortes no PAC e fundo eleitoral maior

PAC reduzido e recorde de emendas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 com um corte de cerca de R\$ 7 bilhões nas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma das vitrines do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa foi desidratado para permitir a ampliação do valor das emendas parlamentares, que vão somar cerca de R\$ 53 bilhões, um montante recorde.

A LOA ainda precisa ser votada pelo plenário em uma sessão conjunta do Congresso, que está marcada para às 11 horas de hoje.

Trata-se do primeiro orçamento do terceiro mandato de Lula, uma vez que o de 2023 foi elaborado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na primeira versão do voto do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), a tesourada no PAC chegava a R\$ 17 bilhões. Por pressão do governo, no entanto, o corte foi reduzido.



Proposta foi aprovada por comissão mista, mas ainda falta o plenário

Em vez dos R\$ 61,3 bilhões planejados pelo Planalto, o PAC terá aproximadamente R\$ 54 bilhões no ano que vem. Segundo o relatório, R\$ 6,3 bilhões serão realocados para o PAC provenientes de recursos de vários ministérios.

A disputa pelas verbas livres do orçamento, que atinge em cheio o PAC, levou a um bate-boca na comissão entre o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e a

presidente do colegiado, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB). No início da sessão, Lindbergh fez um discurso exaltado e afirmou que havia um "golpe parlamentar contra o Executivo".

Do valor previsto para emendas, R\$ 25 bilhões serão para emendas individuais, R\$ 11,3 bilhões para emendas de bancadas e R\$ 16,7 bilhões para emendas de comissões.

De acordo com a proposta, o salário-mínimo passará dos atuais R\$ 1.320 deste ano para, pelo menos, R\$ 1.412 em 2024. O valor é inferior ao que havia sido incluído na versão enviada pelo governo em agosto (R\$ 1.421). Isso porque a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado para a correção do mínimo, foi menor do que a esperada.

No relatório, ainda estão previstos R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral. Na versão do governo, o valor reservado para bancar as campanhas do ano que vem era de R\$ 939,3 milhões. Segundo o relator, a diferença de R\$ 4 bilhões será retirada das reservas das emendas de bancadas estaduais.

O texto mantém a meta de déficit fiscal zero, conforme propôs a equipe econômica do governo. Existe um intervalo de tolerância equivalente a R\$ 28,8 bilhões para mais ou para menos, conforme fixado pelo novo arcabouço fiscal.

Os principais pontos**R\$ 5,5 trilhões**
são as despesas previstas**R\$ 54 bilhões**
é o valor reservado para o PAC**R\$ 4,9 bilhões**
é o valor reservado para bancar as campanhas eleitorais**R\$ 53 bilhões**
é o valor aproximado reservado para as emendas parlamentares**R\$ 8,9 bilhões**
é o valor reservado para financiar o Minha Casa Minha Vida**R\$ 218,3 bilhões**
é o valor reservado para a área da Saúde**R\$ 112,5 bilhões**
é o valor reservado para a área da Educação**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página:** 11